



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição - 9580 Vila do Porto
Santa Maria - Açores

Exmº Senhor
Presidente da Comissão de Assuntos
Parlamentares, Ambiente e Trabalho
Rua Marcelino Lima
9901-858 HORTA

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

DATA

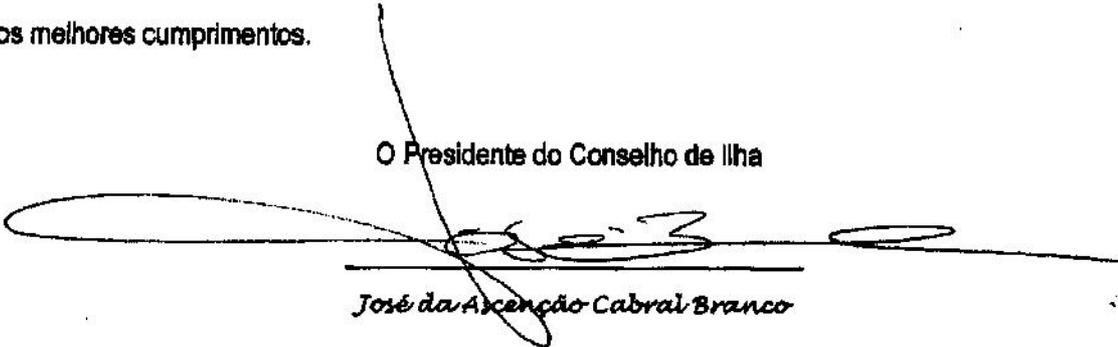
12 de Dezembro de 2010

ASSUNTO: PEDIDO DE PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 23/2009 - "APROVA O PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DOS AÇORES (PROTA)

Na sequência do V/ ofício ref.º 5030 datado de 29-12-09, e conforme solicitado no mesmo, junto se envia a V.ª Ex.ª o parecer do Conselho de Ilha de Santa Maria, sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional acima mencionado.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente do Conselho de Ilha


José da Ascensão Cabral Branco

| | |
|---|------------------|
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES | |
| ARQUIVO | |
| Entrada 0098 | Proc. N.º 102/23 |
| Data: 10 / 01 / 12 | |



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição - 9580 Vila do Porto
Santa Maria - Açores

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Assuntos
Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

O Conselho de Ilha de Santa Maria em reunião extraordinária, do dia 11 de Janeiro de 2010, decidiu apresentar as seguintes considerações sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 23-2009 - "APROVA O PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DOS AÇORES (PROTA)":

Numa análise geral ao documento, o PROTA vem colmatar a necessidade de adequar aos objectivos estratégicos de desenvolvimento da Região um macro instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica. Este IGT de cúpula na definição de um modelo territorial global para os Açores, já tardava há muito, na medida em que sendo definidor do quadro de referência e veiculador das linhas orientadoras, para a elaboração e revisão dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território, deveria por isso, já ter sido elaborado, antes de qualquer PMOT.

No entanto este documento vem, claramente, acentuar o favorecimento dos grandes centros urbanos em detrimento das outras ilhas e mais especificamente das ilhas da coesão, contrariando o que tem sido amplamente referenciado como prioridade regional.

Numa análise mais pormenorizada sobre a especificidade deste documento em relação à Ilha de Santa Maria é nosso parecer que:

- De acordo com os grandes objectivos estratégicos referidos no documento PROTA, importa realçar que **Santa Maria sempre representou geográfica e historicamente na Região um papel de relevo na projecção dos Açores a nível global**. Designadamente através das infra-estruturas existentes nesta ilha como sejam: o Aeroporto; Centro de Controlo de Tráfego Aéreo Oceânico e mais recentemente o Projecto ESA.



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

- A manutenção e o desenvolvimento destas estruturas deverão constar de tão importante documento, dada a sua **importância Regional**, e serem potenciadas de forma a constituírem a necessária atracção e fixação da população jovem qualificada, contrariando a prevista redução demográfica.
- Não concordamos com a prevista concentração dos Pólos de conhecimento científico e tecnológico nos três maiores centros urbanos da Região, atendendo a que com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação é perfeitamente exequível que as mesmas se situem em ilhas como Santa Maria, de acordo, aliás, com as **expectativas criadas aquando da criação do projecto ESA**. Pelo atrás descrito e pela disponibilidade de espaço físico entendemos que Santa Maria é de todas as ilhas a que reúne melhores condições para a implementação e desenvolvimento de Parques Tecnológicos.
 - De igual modo e dada a posição geográfica e histórica da ilha, Santa Maria é também por excelência a principal porta de ligação às pretendidas políticas de cooperação ao Brasil e Macaronésia.
 - Entendemos que Santa Maria, para além da valorização do Parque Eólico referido – **Projecto pioneiro em Portugal** – será das ilhas que reúne melhores condições para a implementação de Estações Foto voltaicas atendendo à sua situação geográfica, morfológica e climática.
 - As condicionantes impostas pela diversa legislação aplicável ao meio rural, em termos de construção e remodelação, são factores que são determinantes para a migração existente do meio rural para o urbano. Relativamente à questão de fundo das perdas populacionais que se tem vindo a verificar, tem a ver com inexistência de políticas direccionadas para a fixação dos jovens nas ilhas da coesão.
 - Tendo em consideração que *“ Alguns espaços inter-ilhas devem ser consolidados enquanto unidades de suporte a algumas apostas de coesão ou de conquista de escala...”*, falta referir e propor neste documento o reforço e melhoria da consolidação das acessibilidades aéreas e



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

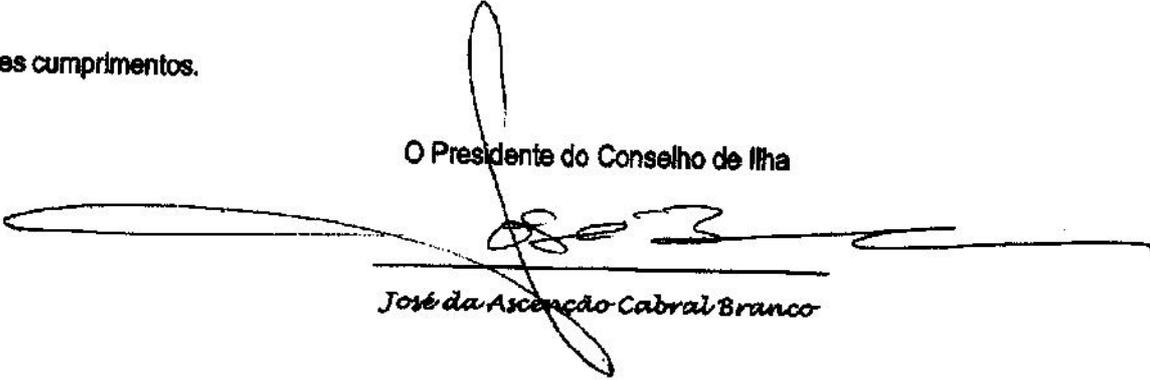
marítimas, nomeadamente para as ilhas de coesão, com preponderância para a necessidade de desenvolver e consolidar as ligações marítimas de pessoas e bens.

- Onde se considera como única ERP a estrada entre Vila do Porto e Aeroporto, falta referir que o eixo Porto/Aeroporto deveria ter a mesma definição, pois representa uma via de comunicação entre as duas principais portas de entrada e saída de Santa Maria (Aeroporto/Porto/Vila do Porto).
- Para além da melhoria proposta na rede móvel GSM, deverá também ser considerada a melhoria da rede de Banda Larga Móvel – GPRS, pelos principais operadores.
- Embora o documento em apreço refira os cuidados a ter com a gestão da água, nomeadamente no previsto Espaço T (Campo de Golfe) e reservas estratégicas, é nossa firme preocupação as questões relacionadas com este recurso hídrico, nomeadamente na sua captação, gestão e armazenamento na Ilha de Santa Maria.
- Numa apreciação final o documento em apreço é abrangente na transversalidade de sectores, devendo, no entanto, uma vez amadurecido contemplar mais especificamente estas questões atinentes a Santa Maria, que visam a rentabilização das suas infra-estruturas, a inversão do sentido da queda demográfica, a promoção do seu impulso económico e o desiderato do desenvolvimento harmónico da Região.

Vila do Porto, 11 de Janeiro de 2010.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente do Conselho de Ilha



José da Ascensão Cabral Branco